

Ano 5, Vol VIII, nº 1 , pág. 33-52, Jan-Jun 2012

RESPONSIVIDADE MATERNA E RISCO PSICOSSOCIAL – IMPLICAÇÕES PRÁTICAS

Tiago Ferreira & Isabel Abreu Lima

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto,
Porto, Portugal

Resumo

A responsividade materna é definida como a resposta contingente e sensível da mãe aos sinais interativos da criança (Bornstein, Tamis-LeMonda, Hahn, & Haynes, 2008). A investigação tem evidenciado a associação entre risco psicossocial e responsividade materna em crianças de idade pré-escolar, apontando para a incidência de padrões de responsividade mais negativos em mães de baixo nível socioeconómico, com pouco suporte social e maior número de fatores de risco (Burchinal, Follmer, & Bryant, 1996; Popp, Spinrad, & Smith, 2008). Este estudo analisou a associação entre risco psicossocial e responsividade materna em díades mãe/criança normativas e de risco, tendo as crianças idades compreendidas entre os 6 e os 30 meses. A qualidade da responsividade materna foi avaliada através da observação de uma situação de interação lúdica não estruturada, ocorrida em contexto domiciliário, através da Escala de Avaliação da Responsividade Materna (EARM; Ferreira & Abreu-Lima, 2008). Os resultados apontam uma forte associação entre o risco psicossocial e a qualidade da responsividade materna. Quando comparadas com mães normativas, as mães em situação de risco apresentaram piores indicadores de responsividade, nomeadamente menos calor afetivo e sensibilidade às pistas apresentadas pela criança. Os resultados são discutidos em termos do valor prático da EARM no trabalho com famílias em situações de risco psicossocial, em particular a sua utilidade enquanto instrumento de avaliação de padrões negativos de responsividade materna em idades precoces.

Palavras-chave: Interação mãe/criança; Responsividade materna; Intervenção precoce.

Abstract

Maternal responsiveness is defined as the contingent and sensitive mother's response to the children interactive signs (Bornstein, Tamis-LeMonda, Hahn, & Haynes, 2008). Research has evidenced the association between psychosocial risk and maternal responsiveness on children in early ages, pointing that mothers from low socioeconomic status, with low social support and a higher number of risk factors, have a higher incidence of negative

patterns of responsiveness (Burchinal, Follmer, & Bryant, 1996; Popp, et al., 2008). This study intends to analyze the association between psychosocial risk and maternal responsiveness in normative and risk mother-child dyads, with children aged between 6 and 30 months. The quality of maternal responsiveness was measured by the Escala de Avaliação da Responsividade Materna (EARM; Maternal Responsivity Rating Scale; Ferreira & Abreu-Lima, 2008), through the observation of a non-structured play interaction that took place at home. Results indicated a strong association between psychosocial risk and quality of maternal responsiveness. When compared with normative mothers, risk mothers showed poorer responsiveness indicators, including warmth and sensibility to child's signs. Results are discussed in terms of the EARM's practical value for practitioners working with at-risk families, in particular its usefulness as a tool for assessing negative patterns of maternal responsiveness at early ages.

Keywords: Mother-child interaction, Maternal responsiveness, Early intervention

A investigação tem contribuído significativamente para uma melhor compreensão das especificidades da relação precoce mãe/criança, reconhecendo a sua importância desenvolvimental e fundamentando a ideia de que a natureza das experiências com os cuidadores durante a infância exerce uma influência marcante no desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança (Landry, Smith, Miller-Loncar, & Swank, 1998; Landry, Smith, Swank, Assel, & Vellet, 2001; Tamis-LeMonda, Bornstein, & Baumwell, 2001). Nesta linha, o conceito de responsividade tem ganhado centralidade na psicologia do desenvolvimento, como se pode verificar pelos trabalhos de Bornstein e Lamb (1992), Bornstein e Tamis-LeMonda (1997), Landry, Smith, Miller-Loncar e Swank (1997), e Wakschlag e Hans (1999), entre outros.

O conceito de responsividade tem vindo a ser definido de diferentes formas. Bornstein e Tamis-LeMonda (1997) entendem a responsividade como o conjunto de comportamentos maternos contingentes, apropriados e

diretamente relacionados com os comportamentos da criança. Burchinal, Follmer e Bryant (1996), por seu turno, definem a responsividade de uma forma mais ampla e abrangente, incluindo também fatores como a aceitação, o envolvimento, o controle, o ritmo e o ajuste do padrão de interação da mãe à sua criança. Landry, et al. (1997) consideram a responsividade como um processo de natureza bidirecional, representando a medida em que a mãe responde às necessidades da criança. As várias definições sublinham assim duas dimensões essenciais no conceito de responsividade – a sensibilidade e a contingência aos sinais emitidos pela criança.

Vários estudos apontam para o papel positivo da responsividade materna no desenvolvimento de competências de linguagem, cognitivas, sociais e emocionais da criança. Segundo Bornstein e Tamis-LeMonda (1997) o impacto da responsividade no desenvolvimento da criança pode ser direto ou indireto. Por um lado, a resposta contingente da mãe dá à criança a sensação de que o seu comportamento origina modificações no ambiente, o que contribui para reforçar diretamente novos comportamentos e aprendizagens. Por outro lado, a responsividade materna propicia na criança o desenvolvimento de um estilo de vinculação seguro, favorecendo a sua disposição para explorar o ambiente e para adquirir novas competências. Landry e colaboradores sugerem que a influência da responsividade materna no desenvolvimento da criança é mediada pelos seguintes fatores: (1) “Resposta contingente”, a medida em que a resposta materna segue e responde aos sinais da criança; (2) “Suporte emocional e afetivo”, a medida em que a resposta materna tem uma tonalidade afetiva calorosa; (3) “Suporte à Manutenção da Atenção”, a medida em que a

resposta materna apoia a permanência da criança na tarefa e (4) “Inputs de Linguagem”, a medida em que a resposta materna contempla uma componente verbal que promove a aquisição da linguagem por parte da criança (Landry, et al., 1997).

Segundo Bornstein e Tamis-LeMonda (1989) a responsividade materna também está relacionada com a capacidade de auto-regulação da criança, promovendo a sua motivação e persistência face à tarefa. Num estudo envolvendo crianças em diferentes condições de risco biológico, cujas mães apresentavam distintos padrões de responsividade, Landry e colaboradores (1997) verificaram que mães mais responsivas, com padrões de resposta mais sensíveis, flexíveis e calorosos, tinham crianças com melhores resultados a nível cognitivo, sócio-emocional e da linguagem. Padrões de interação maternos responsivos traduziam-se em ganhos desenvolvimentais nas áreas atrás mencionadas, especialmente evidentes no caso de crianças em condições de elevado risco biológico.

Landry e colaboradores (2001) analisam ainda o impacto longitudinal da responsividade materna no desenvolvimento cognitivo, linguístico e social em crianças inseridas em diferentes condições de risco, verificando que um padrão materno responsivo somente em idades precoces não é suficiente para garantir bons resultados desenvolvimentais. De fato, os resultados deste estudo apontam para uma desaceleração dos ganhos desenvolvimentais por volta dos 4 anos, no caso de crianças cujas mães não mantêm padrões de interação responsivos. Este estudo corrobora a importância da consistência dos padrões

responsivos maternos ao longo das várias etapas do desenvolvimento da criança (Landry, et al., 2001).

Se, por um lado, a investigação existente aponta para o impacto marcadamente positivo de um padrão materno responsivo no desenvolvimento da criança, é também clara a constatação inversa, ou seja, que a exposição prolongada da criança a comportamentos maternos intrusivos e/ou pouco responsivos tem um impacto significativamente negativo no seu desenvolvimento (Bates, Pettit, Dodge, & Ridge, 1998).

Condições sociodemográficas de risco podem constituir fontes de stress familiar, influenciando negativamente o estilo de interação materno (Barocas, Seifer, Sameroff, Andrews, Croft, & Ostrow, 1991; Klebanov, Brooks-Gunn, & Duncan, 1994; McLoyd, 1998; Popp, et al., 2008). Mães inseridas em contextos sociais de risco apresentam padrões de interação menos responsivos, marcados por maior negatividade verbal e intrusão física, elevado controle verbal, baixo calor afetivo, menor envolvimento e menos suporte às atividades da criança (Landry, et al., 2001; Guttentag, Pedrosa-Josic, Landry, Smith, & Swank, 2006). No mesmo sentido, em situações de risco, a ausência de uma relação parental consistente do ponto de vista afetivo e da estimulação cognitiva, aumenta a probabilidade de má adaptação da criança (Masten & Coatsworth, 1998).

O conceito de risco implica um conjunto de relações probabilísticas entre fatores específicos e efeitos identificáveis (Pianta & Walsh, 1996). A investigação tem vindo a identificar um vasto leque de fatores considerados de risco para o desenvolvimento adaptativo, que abrangem os domínios biológico,

ambiental e psicossocial (Poulsen, 1993). No que se refere a este último, ele implica a acumulação de fatores negativos ligados à organização social, etnia, estruturas comunitárias, estrutura habitacional, tipologia e elementos do agregado familiar, suporte familiar, presença de acontecimentos de vida stressantes, rendimento económico, situação profissional parental, nível de escolaridade parental e idade materna, entre outros (Burchinal, Roberts, Zeisel, Hennon, & Hooper, 2006; Gunn, 1995; Harel & Anastasiow, 1985; Sameroff & Chandler, 1975; Sameroff, Seifer, Barocas, Zax, & Greenspan, 1987).

A presente investigação pretende contribuir para o estudo da relação entre risco psicossocial e qualidade da interação mãe/criança, avaliando e comparando a responsividade materna num grupo de mães consideradas de risco e num grupo normativo de mães. Os dois grupos serão caracterizados em termos da incidência de fatores de risco, e comparados relativamente à qualidade da responsividade materna. Será ainda avaliada a associação entre a acumulação de fatores de risco psicossocial e a qualidade da responsividade materna.

Método

Participantes

Participaram neste estudo 30 díades de mães e crianças residentes na zona metropolitana do Porto, Portugal. As crianças apresentaram uma média de idades de 16.4 meses (7.3), sendo 14 (46.7%) do sexo masculino e 16 (53.3%) do sexo feminino. A média de idades das mães participantes foi de 31.4 anos (6.5).

O “Grupo de Díades em Risco” (GDR) era constituído por 13 díades provenientes de famílias acompanhadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJR) e/ou por uma equipa de inserção no âmbito do “Rendimento Social de Inserção” (medida de apoio económico a famílias com baixo rendimento, prevista no sistema português de segurança social); o “Grupo de Díades Normativas” (GDN), era constituído por 17 díades provenientes de famílias relativamente sem fatores de risco evidentes.

Os dois grupos foram constituídos através de um procedimento intencional, tendo em conta os objetivos do estudo. Assim, para constituir o GDR, foram contactados os serviços sociais, que sinalizaram e efetuaram um primeiro contato com famílias com crianças dentro das idades consideradas no estudo. As famílias que mostraram disponibilidade para participar na investigação foram posteriormente contactados individualmente pela equipa de investigação. No caso do GDN, foram feitos contatos com creches e jardins-de-infância na mesma zona geográfica, tendo as educadoras contactado as famílias no contexto de uma reunião de pais. Identicamente, os pais que mostraram interesse em participar na investigação foram posteriormente contactados pela equipa de investigação.

Na tabela 1 apresenta-se informação de caracterização sociodemográfica das díades participantes. As famílias do GDR são tendencialmente mais numerosas, apresentando maior número de elementos e de crianças no agregado familiar, bem como maior incidência de situações de monoparentalidade. A escolaridade materna é mais baixa no GDR, e apenas no GDN se encontram mães com o ensino secundário ou com alguma formação

universitária. Verificam-se também grandes diferenças entre os dois grupos no que toca à situação profissional, com uma maior percentagem de desemprego no caso das mães do GDR.

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica dos dois grupos de diádes (N=30).

		GDR (n=13)	GDN (n=17)
Número de elementos do agregado familiar	2	1	0
	3	3	9
	4	5	5
	5 ou mais	4	3
Número de filhos no agregado familiar	1	3	9
	2	5	6
	3 ou mais	5	2
Tipologia do agregado familiar	Monoparental	6	1
	Biparental	7	16
Nível de escolaridade mãe	1.º ciclo	4	0
	2.º ciclo	8	1
	3.º ciclo	1	3
	Secundário	0	5
	Superior	0	8
Situação da mãe face ao Emprego	Desemprego	10	1
	Emprego	3	16
Rendimento “per capita”	Menos de 300€	8	1
	Entre 300€ e 700€	5	11
	Mais de 700€	0	5
Apoio económico do estado	Presente	12	0
	Ausente	1	17

Mais de metade das famílias participantes apresenta rendimentos económicos situados entre os 300€ e os 700€, o que é um valor bastante baixo tendo em conta que o salário mínimo rondava os 450 euros. Os rendimentos do GDR tendem a ser inferiores aos do GDN, sendo que quase todas as famílias do GDR são apoiadas financeiramente pelo Estado, através de uma prestação social de apoio económico.

Instrumentos

Neste estudo foram utilizados dois instrumentos: o Questionário Sociodemográfico (QS) e a Escala de Avaliação da Responsividade Materna - versão dos 0 aos 2 anos (EARM; Ferreira & Abreu-Lima, 2008).

Questionário Sociodemográfico (QS) O QS permitiu recolher informação de cariz sociodemográfico relativamente à criança, ao responsável pela criança e à família. Estes dados foram posteriormente utilizados para construir um Índice Composto de Risco (ICR), obtido de forma aditiva a partir da informação sobre sete variáveis identificadas na literatura como constituindo fatores de risco (Bromwich, 1997; Burchinal, Roberts, Zeisel, Hennon, & Hooper, 2006; Garbarino, Abramowitz, Benn, Gaboury, Galambos, & Garbarino, 1992; Garbarino, Dubrow, Kostelny, & Pardo, 1992; Sameroff, Seifer, Barocas, Zax, & Greenspan, 1987; Sameroff & Fiese, 1990; Sameroff, Bartko, Baldwin, & Baldwin, 1998; Osofsky & Thompson, 2000; Werner, 2000), nomeadamente (1) degradação do contexto de habitação; (2) ausência de uma das figuras parentais; (3) baixa idade materna; (4) baixa escolaridade materna; (5) desemprego ou emprego precário da mãe; (6) elevado número de crianças presentes no agregado; (7) baixo rendimento económico da família.

A informação recolhida sobre cada um destes fatores de risco foi convertida numa variável dicotómica (1 = presença, 0 = ausência), sendo o ICR o resultado da soma dos valores obtidos por cada diade em cada uma das sete variáveis. O ICR varia por isso entre zero (ausência de qualquer fator de risco) e sete (presença de todos os fatores de risco).

Escala de Avaliação da Responsividade Materna (EARM). Para avaliação da qualidade da responsividade materna foi utilizada uma versão

previamente adaptada da “Maternal Rating Scale” (MRS) (Landry, Smith, Miller-Loncar, & Swank, 1997; 1998), denominada de Escala de Avaliação da Responsividade Materna (EARM). A EARM consiste numa grelha de observação, que incide nos comportamentos maternos demonstrados numa situação de interação lúdica entre a mãe e a criança, com a duração de 15 minutos.

A grelha abrange oito dimensões do comportamento materno: (1) “Manifestação de afeto positivo”, que avalia os sinais positivos de afeto que a mãe dá à criança ou à sua atividade; (2) “Calor afetivo”, que avalia em que medida a mãe mantém ao longo da interação um estilo de interação relaxado, caloroso e alegre com a criança; (3) “Flexibilidade/Responsividade”, que avalia a forma como a mãe reconhece, aceita e valoriza os sinais e iniciativas da criança, respondendo-lhe de forma imediata e sensível; (4) “Intrusão física”, que avalia em que medida em que a mãe adota comportamentos invasivos relativamente à criança ou à sua atividade; (5) “Negatividade”, que avalia a medida em que a mãe apresenta um tom de voz e verbalizações negativas na interação com a criança; (6) “Demonstração/Ensino físico”, que avalia o recurso por parte da mãe a qualquer tipo de ação visando apoiar a compreensão da criança quanto ao uso funcional de objetos e/ou do desenvolvimento de atividades; (7) “Conteúdo verbal”, que avalia a riqueza/qualidade da linguagem materna na interação com a criança; (8) “Suporte Verbal”, que avalia a medida em que as verbalizações maternas acompanham, suportam, desafiam e enriquecem a atividade da criança.

Cada dimensão é cotada através de uma escala de cinco pontos tipo “Likert”, em que os valores mais elevados indicam mais responsividade por parte das mães. Esta escala revelou bons indicadores de consistência interna, nomeadamente um valor global de alpha (Cronbach, 1951) igual a .87 e correlações elevadas ($r \geq .80$) entre as várias dimensões e a nota global.

Procedimento

Os instrumentos foram administrados no âmbito de uma visita domiciliária feita à casa de cada uma das díades participantes. Esta visita contemplou os seguintes momentos: contato inicial; preparação do espaço; observação e registo em vídeo da interação mãe/criança; aplicação do QS.

Antes da filmagem da interação mãe/criança foi selecionado, em conjunto com a mãe, um espaço da habitação adequado, eliminando-se eventuais estímulos distratores (por exemplo, a televisão) e barreiras físicas à filmagem. Depois de asseguradas estas condições, era fornecido à mãe um conjunto de brinquedos apropriados à idade da criança (dois jogos de encaixes, dois livros e dois telefones de brincar), iniciando-se a filmagem. Os brinquedos foram escolhidos tendo em vista a promoção do jogo conjunto entre a mãe e a criança. Foram dadas instruções para que a mãe brincasse normalmente e de forma descontraída com a criança, durante 15 minutos.

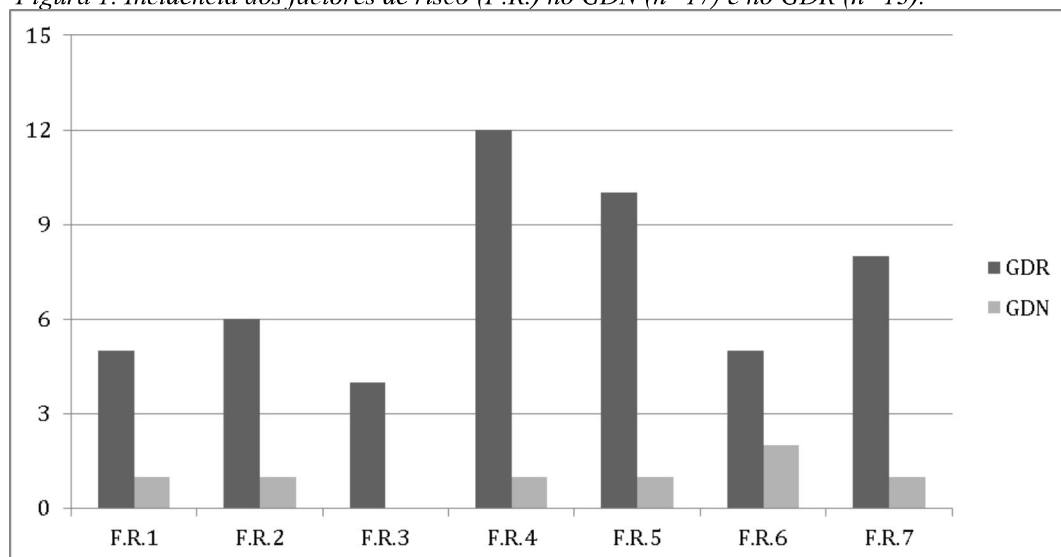
A cotação das observações através da EARM foi efetuada por dois observadores treinados. O primeiro fez treino supervisionado por uma das autoras da escala original, enquanto que o segundo realizou o seu treino através da cotação conjunta de vídeos com o primeiro observador. Este treino foi finalizado assim que as cotações dos dois observadores realizadas

autonomamente atingiram valores de acordo W1 superiores a 70%. O segundo observador desconhecia o teor e objetivos da investigação em curso, efetuando uma observação “cega” dos vídeos. Foram obtidas taxas de acordo exato interobservador que variaram entre os 40% e os 93,33% e taxas de acordo W1 (diferença máxima de 1 ponto) que variaram entre os 93,33% e os 100%.

Resultados

Os dois grupos de crianças participantes (GDR e GDN), foram avaliados e comparados em termos do perfil de risco psicossocial, recorrendo-se para isso aos valores obtidos no Índice Composto de Risco (ICR).

Figura 1. Incidência dos factores de risco (F.R.) no GDN (n=17) e no GDR (n=13).



F.R.1: “Degradação do contexto de habitação”; F.R.2: “Ausência de uma das figuras parentais”; F.R.3: “Baixa idade materna”; F.R.4: “Baixa escolaridade materna”; F.R.5: “Desemprego ou emprego precário da mãe”; F.R.6: “Elevado número de crianças presentes no agregado” ; F.R.7: “Baixo rendimento económico da família”

Tal como é ilustrado na figura 1, as crianças do GDN apresentam uma menor incidência de todos os fatores de risco que compõem o ICR. O GDR apresenta um ICR médio de 3.85 (1.28) e o GDN apresenta um valor médio de 0,41 (.80), sendo estas diferenças significativas do ponto de vista estatístico

($U=3.5$; $p<.01$). As diferenças mais relevantes entre os dois grupos surgem ao nível dos fatores “Baixa escolaridade materna”, “Desemprego ou emprego precário da mãe” e “Baixo rendimento económico da família”, com as mães do GDR a apresentar maior frequência. As díades do GDN apresentam um número muito reduzido de fatores de risco, raramente se verificando a sua acumulação numa mesma díade.

A qualidade da responsividade avaliada pela EARM nos dois grupos de díades participantes, é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2

Valores de Responsividade no GDN (n=17) e no GDR (n=13).

	GDR (n=13)		GDN (n=17)		Mann- Whitney U	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>U</i>	<i>p</i>
Manifestação de Afeto	2.8	.83	3.2	.61	77.5	.160
Calor Afetivo	3.8	.85	4.7	.38	33.0	.001
Flexibilidade/Responsividade	2.5	.77	3.9	.82	25.5	.000
Intrusão Física	4.6	.56	4.9	.11	53.5	.004
Negatividade	4.7	.42	5.0	.00	51.0	.001
Demonstração/Ensino Físico	2.7	.78	2.9	.79	88.5	.352
Conteúdo Verbal	2.4	.69	3.5	1.14	55.0	.019
Suporte Verbal	2.8	1.09	3.8	1.20	57.5	.025
Responsividade (total)	3.3	.62	3.99	.42	36.0	.002

As mães incluídas no GDR são menos responsivas em termos globais e apresentam valores médios inferiores ao GDN em todos os itens da escala, sendo muitas das diferenças encontradas significativas em termos estatísticos. As diferenças são especialmente acentuadas nos itens “Calor afetivo”, “Flexibilidade/Responsividade”, “Conteúdo Verbal” e “Suporte Verbal”. Nos restantes itens verificam-se igualmente resultados mais fracos por parte do GDR, apesar de aí as diferenças não serem tão pronunciadas. Os dois grupos diferem significativamente quer ao nível dos valores globais na escala ($p<.01$),

quer ao nível dos seus itens. Verificam-se diferenças significativas em termos dos valores totais de responsividade obtidos pelos dois grupos ($U=36.0$; $p<.01$).

A tabela 3 apresenta os valores de correlação entre a EARM e o índice composto de risco (ICR). Foram encontradas correlações significativas moderadas a fortes entre a EARM e o ICR. A direção das correlações obtidas indica que, quanto maior o número de fatores de risco na família, menor a qualidade da responsividade materna. Os itens “Manifestação de Afeto” e “Demonstração/Ensino Físico” são aqueles que apresentam correlações mais modestas com o ICR, enquanto que o item “Flexibilidade/ Responsividade” é o que apresenta correlações negativas mais fortes.

Tabela 3

Correlações entre os resultados da EARM e os resultados do ICR (N=30)

	ICR
Manifestação de Afeto	-.29
Calor Afetivo	-.64**
Flexibilidade/Responsividade	-.70**
Intrusão Física	-.52**
Negatividade	-.57**
Demonstração/Ensino Físico	-.22
Conteúdo Verbal	-.58**
Suporte Verbal	-.55**
EARM (Responsividade média)	-.66**

* $p<.05$; ** $p<.01$

Discussão

Este estudo teve como objetivo explorar a relação entre risco psicossocial e qualidade da interação mãe/criança. Para esse efeito, compararam-se os valores médios de responsividade materna em dois grupos de mães, definidos em termos da presença e ausência de risco psicossocial.

Verificou-se que a qualidade da responsividade materna apresenta valores mais baixos em díades inseridas em contextos de maior risco psicossocial. De facto, os resultados apontam para a existência de diferenças significativas ao nível da qualidade da responsividade materna entre o GDR e o GDN. Os dois grupos diferenciaram-se sobretudo ao nível da “Calor afetivo”, “Flexibilidade/Responsividade”, “Conteúdo Verbal” e “Suporte Verbal”. Estes resultados sugerem que mães em situação de risco apresentam maior dificuldade em reconhecer e responder aos sinais da criança, mantendo padrões de interação menos relaxados, calorosos e alegres. Revelaram ainda uma linguagem menos rica e diversificada, recorrendo pouco a verbalizações para acompanhar, suportar e desafiar a atividade da criança.

Não se verificaram diferenças significativa nas dimensões “Demonstração/Ensino Físico” e “Manifestação de afeto físico” entre os dois grupos de díades. Mães em situação de risco assemelham-se a mães normativas na utilização de estratégias de ensino que envolvem a ação física sobre um objeto, tendo em vista o suporte da compreensão da criança acerca do seu funcionamento. Da mesma forma, as mães dos dois grupos não se diferenciaram na utilização de sorrisos, afeto físico e encorajamentos. A desejabilidade destes indicadores, aliada às características da situação de observação filmada, poderá ter contribuído para a inexistência de diferenças significativas entre os dois grupos.

Este estudo comprovou ainda que a acumulação de fatores de risco está associada a um decréscimo da qualidade global da responsividade materna. Dimensões da responsividade materna como “Calor afetivo” e

“Flexibilidade/Responsividade” apresentam forte correlação negativa com a presença de situações de risco psicossocial. Verificou-se ainda uma associação forte entre risco psicossocial e comportamentos maternos negativos e intrusivos, tais como controle físico, reposicionamentos abruptos, provocações verbais ou físicas, irritação, gritos ou elevação do tom de voz, comentários críticos à criança, entre outros.

No seu conjunto, estes resultados corroboram a ideia de que a co-ocorrência de fatores de risco psicossocial contribui para um decréscimo acentuado da probabilidade de bons resultados de desenvolvimento das crianças (Bairrão & Felgueiras, 1978). Um outro contributo que poderá ser retirado deste estudo prende-se com as potencialidades da EARM no que toca à avaliação da responsividade materna em díades de mães e crianças portuguesas. Este instrumento revelou uma boa capacidade descritiva e discriminativa, diferenciando os dois grupos de díades considerados.

Os itens contemplados neste instrumento parecem constituir uma grelha de leitura útil para a compreensão do comportamento interativo entre a mãe e a criança, permitindo uma avaliação empírica e teoricamente sustentada da qualidade da responsividade materna, assim como obter pistas e direções importantes para a intervenção. O facto de este ser um instrumento relativamente fácil de aplicar, sem necessidade de treino extenso ou de um protocolo de observação demasiado complexo, é um outro aspecto positivo a salientar do ponto de vista da prática.

A investigação tem demonstrado que a intervenção orientada para aspetos avaliados pela MRS (versão original da EARM) permite um aumento

da qualidade da responsividade materna, nomeadamente, pela diminuição da incidência de padrões de interação diretivos e restritivos em relação às atividades da criança e pelo aumento da estimulação a nível cognitivo e da linguagem (Landry, et al., 1997; Landry, Miller-Loncar, Smith & Swank, 2002; Landry, Smith & Swank, 2006).

A investigação suporta também a importância da qualidade da responsividade materna no desenvolvimento da criança (Bornstein & Lamb, 1992; Bornstein & Tamis-LeMonda, 1997; Landry, et al., 1997; Wakschlag & Hans, 1999) sendo admissível que a qualidade da relação estabelecida entre a mãe e a criança funcione como fator protetor do seu desenvolvimento, mesmo na presença de ambientes adversos (Masten & Coatsworth, 1998). Neste sentido, a intervenção visando os padrões de responsividade apresenta especial importância sobretudo em situações de risco psicossocial, potencialmente comprometedoras do desenvolvimento da criança.

A ideia de que bons resultados de desenvolvimento requerem o envolvimento e responsividade do sistema parental é relativamente consensual e empiricamente validada (Bromwich, 1997). A interação entre pais e filhos é determinante logo a partir das fases mais precoces do desenvolvimento, pelo que a tarefa de assegurar a eficácia deste sistema de proteção ao desenvolvimento deve ser uma prioridade em termos das práticas e das políticas de intervenção precoce. Para tal, os profissionais necessitam de competências e instrumentos fiáveis que permitam avaliar a interação precoce entre pais e filhos. A EARM poderá, neste contexto, constituir um instrumento

profícuo quer na avaliação, quer na implementação de programas de intervenção centrados na promoção da qualidade da interação materna.

Referências

- Bairrão, J., & Felgueiras, I. (1978). Contribuição para o estudo das crianças em risco. *Análise Psicológica*, 1(4), 31-39.
- Barocas, R., Seifer, R., Sameroff, A., Andrews, T., Croft, R., & Ostrow, E. (1991). Social and interpersonal determinants of developmental risk. *Developmental Psychology*, 27, 479-488.
- Bates, J., Pettit, G., Dodge, K., & Ridge, B. (1998). Interaction of temperamental resistance to control and restrictive parenting in the development of externalizing behavior. *Developmental Psychology*, 34, 982-995.
- Bornstein, M., & Lamb, M. (1992). *Development in infancy: An introduction*. New York: McGraw-Hill.
- Bornstein, M., & Tamis-LeMonda, C. (1989). Maternal responsiveness and cognitive development in children. In: M. Bornstein (Eds), *Maternal responsiveness: Characteristics and consequences* (pp. 49-61). San Francisco: Jossey-Bass.
- Bornstein, M., & Tamis-LeMonda, C. (1997). Maternal responsiveness and infant mental abilities: Specific predictive relations. *Infant Behavior and Development*, 20, 283-296.
- Bornstein, M., Tamis-LeMonda, C., Hahn, C-S., & Haynes, M. (2008). Maternal Responsiveness to Young Children at Three Ages: Longitudinal Analysis of a Multidimensional, Modular, and Specific Parenting Construct. *Developmental Psychology*, 44, 867-874.
- Bromwich, R. (1997). *Working with families and their infants at risk*. Austin: pro-ed.
- Burchinal, M., Follmer, A., & Bryant, D. (1996). The relations of maternal social support and family structure with maternal responsiveness and child outcomes among African American families. *Developmental Psychology*, 32, 1073-1083.
- Burchinal, M., Roberts, J., Zeisel, S., Hennon, A., & Hooper, S. (2006). Social risk and protective child, parenting, and child care factors in early elementary school years. *Parenting Science and Practice*, 6, 79-113.
- Cronbach, L. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of test. *Psychometrika*, 16, 297-334.
- Ferreira, T., & Abreu-Lima, I. (2008). Responsividade materna: revisão conceptual e fundamentos para avaliação. In P. Martins (Ed.) , *Infâncias possíveis, mundos reais: actas do 1º congresso internacional em Estudos da Criança*. Braga: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho. Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/62399>
- Garbarino, J., Abramowitz, R., Benn, J., Gaboury, M., Galambos, N., & Garbarino, A. (1992). *Children and families in de social environment*. New York: Walter de Gruyter.
- Garbarino, J., Dubrow, N., Kostelny, K., & Pardo, C. (1992). *Children in danger*. San Francisco: Jossey- Bass Publishers.

- Gunn, J. (1995). Children in families in communities: risk and intervention in the Bronfenbrenner tradition. In P. Moen (Eds.), *Examining lives in context: Perspectives on the ecology of human development* (pp. 467-519). Hyattsville: American Psychological Association.
- Guttentag, C., Pedrosa-Josic, C., Landry, S., Smith, K., & Swank, P. (2006). Individual variability in parenting profiles and predictors of change: effects of an intervention with disadvantaged mothers. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 27, 349-369.
- Harel, S., & Anastasiow, N. (1985). *The at-risk infant. Psycho/socio/medical aspects*. Baltimore: Paul H. Brookes.
- Klebanov, P. K., Brooks-Gunn, J., & Duncan, G. J. (1994). Does neighborhood and family poverty affect mothers' parenting, mental health, and social support? *Journal of Marriage and the Family*, 56, 441-455.
- Landry, S., Miller-Loncar, C., Smith, K., & Swank, P. (2002). The role of early parenting in children's development of executive processes. *Developmental Neuropsychology*, 21, 15-41.
- Landry, S., Smith, K., & Swank, P. (2006). Responsive parenting: establishing early foundations for social, communication, and independent problem-solving skills. *Developmental Psychology*, 42, 627-642.
- Landry, S., Smith, K., Miller-Loncar, C., & Swank, P. (1997). Predicting cognitive-linguistic and social growth curves from early maternal behaviors in children at varying degrees of biologic risk. *Developmental Psychology*, 33, 1-14.
- Landry, S., Smith, K., Miller-Loncar, C., & Swank, P. (1998). The relation of change in maternal interactive styles to the developing social competence of full-term and preterm children. *Child Development*, 69, 105-123.
- Landry, S., Smith, K., Swank, P., Assel, M., & Vellet, S. (2001). Does early responsive parenting have a special importance for children's development or is consistency across early childhood necessary. *Developmental Psychology*, 37, 387-403.
- Masten, A., & Coatsworth, J. (1998). The development of competence in favorable and unfavorable environments. *American Psychologist*, 53, 205-220.
- McLoyd, V. C. (1998). Socioeconomic disadvantage and child development. *American Psychologist*, 53, 185-204.
- Osofsky, J., & Thompson, D. (2000). Adaptive and maladaptive parenting. In J. Shonkoff, & S. Meisels (Eds.), *Handbook of early childhood intervention* (pp. 54-75). Cambridge: Cambridge University Press.
- Pianta, R., & Walsh, D. (1996). *High risk children in schools: constructing sustaining relationships*. New York: Routledge.
- Popp, T., Spinrad, T., & Smith, C. (2008). The relation of cumulative demographic risk to mothers' responsivity and control: examining the role of toddler temperament. *Infancy*, 13, 496-518.
- Poulsen, M. (1993). Strategies for building resilience in infants and young children at risk. *Infants and Young Children*, 6, 29-40.
- Sameroff, A., Bartko, W., Baldwin, A., & Baldwin, C. (1998). Family and social influences on the development of child competence. In M. Lewis & C. Feiring (Eds.), *Families, risk, and competence*. London: LEA.

- Sameroff, A., & Chandler, M. (1975). Reproductive risk and the continuum of caretaking causality. In F. Horowitz, M. Hetherington, & S. Scarr-Salapa (Eds.), *Review of child development research*, 4. Chicago: University of Chicago press.
- Sameroff, A., & Fiese, B. (1990). Transactional regulation and early intervention. In S. Meisels & J. Shonkoff (Eds.), *Handbook of early childhood intervention* (pp. 119-149). Cambridge: Cambridge University Press.
- Sameroff, A., Seifer, R., Barocas, R., Zax, M., & Greenspan, S. (1987). Intelligence quotient scores of 4- year-old children: social-environmental risk factors. *Pediatrics*, 79, 343-350.
- Tamis-LeMonda, C., Bornstein, M., & Baumwell, L. (2001). Maternal responsiveness and children's achievement of language milestones. *Child Development*, 72, 748-767.
- Wakschlag, L., & Hans, S. (1999). Relation of maternal responsiveness during infancy to the development of behaviour problems in high-risk youths. *Developmental Psychology*, 35, 569-579.
- Werner, E. (2000). Protective factors and individual resilience. In J. Shonkoff, & S. Meisels (Eds.), *Handbook of early childhood intervention* (2nd ed., pp. 115-132). Cambridge: Cambridge University Press.

Nota de autor:

Tiago Ferreira, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto; Isabel Abreu-Lima, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.

Correspondência relacionada com este artigo deverá ser endereçada a Isabel Abreu-Lima, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto, Portugal. Correio eletrónico: isabelmpinto@fpce.up.pt

Recebido em 5/4/2012. Aceito em 28/5/2012.